

Boletim do Trabalho e Emprego

3

1.^a SÉRIE

Propriedade: Ministério para a Qualificação e o Emprego
Edição: Centro de Informação Científica e Técnica

Preço 67\$00
(IVA incluído)

BOL. TRAB. EMP.	1. ^a SÉRIE	LISBOA	VOL. 64	N.º 3	P. 165-172	22-JANEIRO-1997
-----------------	-----------------------	--------	---------	-------	------------	-----------------

ÍNDICE

Acordo de Concertação Estratégica

Regulamentação do trabalho:

Pág.

Despachos/portarias:

- Oliveira e Irmão, S. A. — Autorização de laboração contínua 167

Portarias de regulamentação do trabalho:

...

Portarias de extensão:

- PE das alterações do CCT entre a ANIEC — Assoc. Nacional dos Industriais e Exportadores de Cortiça e outra e o Sind. dos Trabalhadores da Corticeira do Sul e outros (pessoal fabril) 167
- PE do CCT entre a ANIMEE — Assoc. Nacional dos Industriais de Material Eléctrico e Electrónico e o SIMA — Sind. das Ind. Metalúrgicas e Afins e outro 168

Convenções colectivas de trabalho:

- CCT entre a FENAME — Feder. Nacional do Metal e o SITESC — Sind. dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio — Alteração 169
- AE entre a TRANSADO — Transportes Fluviais do Sado, S. A., e o Sind. dos Transportes Fluviais, Costeiros e da Marinha Mercante e outro — Alteração salarial e outra 170
- AE entre o Metropolitano de Lisboa, E. P., e a FESTRU — Feder. dos Sind. dos Transportes Rodoviários e Urbanos e outros — Rectificação 170



SIGLAS

CCT — Contrato colectivo de trabalho.
ACT — Acordo colectivo de trabalho.
PRT — Portaria de regulamentação de trabalho.
PE — Portaria de extensão.
CT — Comissão técnica.
DA — Decisão arbitral.
AE — Acordo de empresa.

ABREVIATURAS

Feder. — Federação.
Assoc. — Associação.
Sind. — Sindicato.
Ind. — Indústria.
Dist. — Distrito.

REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

DESPACHOS/PORTARIAS

Oliveira e Irmão, S. A. — Autorização de laboração contínua

A empresa Oliveira e Irmão, S. A., com sede na Variante de Aveiro, Esgueira, Aveiro, requereu autorização para laborar continuamente na sua unidade industrial sita no lugar da sede.

A actividade que prossegue está subordinada, do ponto de vista laboral, à disciplina do contrato colectivo de trabalho para a indústria química, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 28, de 29 de Julho de 1977, e subsequentes alterações.

A requerente fundamenta o pedido em razões de ordem económica, nomeadamente referindo o facto de apresentar um volume de encomendas de tal ordem que só com o recurso à laboração contínua poderá ser possível satisfazer o aumento da procura da sua produção.

Assim, e considerando:

- 1) Que não existe conflitualidade na empresa;
- 2) Que não há comissão de trabalhadores constituída na empresa;

- 3) Que os trabalhadores envolvidos no regime de laboração pretendido deram o seu acordo por escrito;
- 4) Que o instrumento de regulamentação colectiva de trabalho aplicável (CCT para a indústria química, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 28, de 29 de Julho de 1977, e subsequentes alterações) não veda o regime pretendido;
- 5) Que se comprovam os fundamentos aduzidos pela empresa:

Nestes termos, e ao abrigo do n.º 3 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 409/71, de 27 de Setembro, é determinado o seguinte:

É autorizada a empresa Oliveira e Irmão, S. A., a laborar continuamente na sua unidade industrial sita na Variante de Aveiro, Esgueira, Aveiro.

Ministérios da Economia e para a Qualificação e o Emprego, 22 de Novembro de 1996. — O Secretário de Estado da Indústria e Energia, *José Rodrigues Pereira Penedos*. — O Secretário de Estado do Trabalho, *António de Lemos Monteiro Fernandes*.

PORTARIAS DE REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

...

PORTARIAS DE EXTENSÃO

PE das alterações do CCT entre a ANIEC — Assoc. Nacional dos Industriais e Exportadores de Cortiça e outra e o Sind. dos Trabalhadores da Ind. Corticeira do Sul e outros (pessoal fabril).

As alterações do contrato colectivo de trabalho celebrado entre a ANIEC — Associação Nacional dos Industriais e Exportadores de Cortiça e outra e o Sin-

dicato dos Trabalhadores da Indústria Corticeira do Sul e outros (pessoal fabril), publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 45, de 8 de Dezembro de 1996, abrangem as relações de trabalho entre entidades patronais e trabalhadores representados pelas associações que as outorgaram.

Mostrando-se conveniente e oportuno promover, na medida do possível, a uniformização das condições de

trabalho na área e no âmbito sectorial e profissional previstos na convenção, procede-se à emissão da respectiva portaria de extensão.

Foi publicado o aviso relativo à presente extensão no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 45, de 8 de Dezembro de 1996, ao qual não foi deduzida oposição por parte dos interessados.

Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 209/92, de 2 de Outubro:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Trabalho, o seguinte:

Artigo 1.º

1 — As condições de trabalho constantes das alterações do contrato colectivo de trabalho celebrado entre a ANIEC — Associação Nacional dos Industriais e Exportadores de Cortiça e outra e o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Corticeira do Sul e outros (pessoal fabril), publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 45, de 8 de Dezembro de 1996, são estendidas, no território do continente:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas nas associações patronais outorgantes que exerçam a actividade económica abrangida pela convenção e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas;
- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas nas associações patronais outorgantes e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas na convenção não representados pelas associações sindicais outorgantes.

2 — Não são objecto da extensão determinada no número anterior as cláusulas que violem normas legais imperativas.

Artigo 2.º

1 — A presente portaria entra em vigor no 5.º dia a contar da sua publicação.

2 — A tabela salarial da convenção produz efeitos desde 1 de Novembro de 1996, podendo as diferenças salariais devidas ser pagas em até três prestações mensais, de igual valor, com início no mês seguinte à entrada em vigor da presente portaria.

Ministério para a Qualificação e o Emprego, 9 de Janeiro de 1997. — O Secretário de Estado do Trabalho, António de Lemos Monteiro Fernandes.

PE do CCT entre a ANIMEE — Assoc. Nacional dos Industriais de Material Eléctrico e Electrónico e o SIMA — Sind. das Ind. Metalúrgicas e Afins e outro.

O contrato colectivo de trabalho celebrado entre a ANIMEE — Associação Nacional dos Industriais de Material Eléctrico e Electrónico e o SIMA — Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Afins e outro, publicado

no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 29, de 8 de Agosto de 1996, abrange as relações de trabalho entre entidades patronais e trabalhadores representados pelas associações que o outorgaram.

Mostrando-se conveniente e oportuno promover, na medida do possível, a uniformização das condições de trabalho na área e no âmbito sectorial e profissional previstos na convenção, procede-se à emissão da respectiva portaria de extensão.

No entanto, a presente portaria é apenas aplicável no território do continente, tendo em consideração que a extensão de convenções colectivas nas Regiões Autónomas compete aos respectivos Governos Regionais, nos termos do Decreto-Lei n.º 103/85, de 10 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 365/89, de 19 de Outubro.

Foi publicado o aviso relativo à presente extensão no *Boletim de Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 39, de 22 de Outubro de 1996, na sequência do qual a FSTIEP — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal, em seu nome e no de várias associações sindicais, bem como a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, se opuseram à extensão, pretendendo a salvaguarda da respectiva regulamentação colectiva específica, bem como a não aplicação da portaria de extensão a todos os trabalhadores representados por sindicatos nelas filiados. Quanto à primeira situação, essa exclusão já decorre, em princípio, da lei e é confirmada na presente portaria, dando-se ao mesmo tempo, acolhimento à segunda.

Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 209/92, de 2 de Outubro:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Trabalho, o seguinte:

Artigo 1.º

1 — As condições de trabalho constantes do contrato colectivo de trabalho celebrado entre a ANIMEE — Associação Nacional dos Industriais de Material Eléctrico e Electrónico e o SIMA — Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Afins e outro, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 29, de 8 de Agosto de 1996, são estendidas, no território do continente:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas na associação patronal outorgante que exerçam a actividade económica abrangida pela convenção e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas;
- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas na associação patronal outorgante e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas na convenção não representados pelas associações sindicais outorgantes.

2 — O disposto no número anterior não é aplicável às relações de trabalho estabelecidas entre as empresas nele referidas e trabalhadores ao seu serviço representados pelas seguintes associações sindicais:

FSTIEP — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal; Federação dos Sindicatos das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal;

Federação dos Sindicatos de Hotelaria e Turismo de Portugal — FESHOT;
 Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal;
 Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos;
 Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção;
 Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços;
 Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás;
 Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual;
 Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa;
 Sindicato dos Quadros e Técnicos de Desenho;
 Sindicato dos Trabalhadores da Portugal Telecom e Empresas Participadas;
 Sindicato dos Enfermeiros Portugueses;
 Sindicato dos Enfermeiros do Centro;
 Sindicato dos Engenheiros Técnicos — SETN;
 Sindicato dos Capitães, Oficiais, Comissários e Radiotécnicos da Marinha Mercante.

3 — A presente portaria não é ainda aplicável às relações de trabalho estabelecidas entre as empresas referidas no n.º 1 e os trabalhadores ao seu serviço representados pela FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços.

4 — Não são objecto da extensão determinada no n.º 1 deste artigo as cláusulas que violem normas legais imperativas.

Artigo 2.º

1 — A presente portaria entra em vigor no 5.º dia a contar da sua publicação.

2 — A tabela salarial da convenção produz efeitos desde 1 de Agosto de 1996, podendo as diferenças salariais devidas ser pagas em até seis prestações mensais, de igual valor, com início no mês seguinte à entrada em vigor da presente portaria.

Ministério para a Qualificação e o Emprego, 6 de Janeiro de 1997. — O Secretário de Estado do Trabalho, *António de Lemos Monteiro Fernandes*.

CONVENÇÕES COLECTIVAS DE TRABALHO

CCT entre a FENAME — Feder. Nacional do Metal e o SITESC — Sind. dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio — Alteração.

Texto rectificativo do n.º 2 da cláusula 32.^a «Período normal de trabalho» do CCT entre a FENAME — Federação Nacional do Metal e o SITESC — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 29, de 8 de Agosto de 1996:

2 — A duração normal de trabalho pode ser definida em termos médios, caso em que o período diário pode ser aumentado até ao limite de duas horas sem que o trabalho semanal exceda as quarenta e cinco horas, só não contando para este limite o trabalho suplementar prestado por motivo de força maior.

Porto, 6 de Dezembro de 1996.

Pela FENAME — Federação Nacional do Metal:
(Assinatura ilegível.)

Pelo SITESC — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio:
(Assinatura ilegível.)

Declaração

Para efeitos de depósito no Ministério para a Qualificação e o Emprego do texto do acordo de revisão do CCT celebrado entre a FENAME — Federação Nacional do Metal e o SITESC — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio, a FENAME representa as seguintes associações patronais:

Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal;
 Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Metalomecânicas;
 Associação das Indústrias Marítimas;
 Associação Industrial do Minho.

Porto, 8 de Janeiro de 1997. — Pelo Presidente, *Rafael Campos Penha*.

Entrado em 6 de Janeiro de 1997.

Depositado em 9 de Janeiro de 1997, a fl. 41 do livro n.º 8, com o n.º 6/97, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

AE entre a TRANSADO — Transportes Fluviais do Sado, S. A., e o Sind. dos Transportes Fluviais, Costeiros e da Marinha Mercante e outro — Alteração salarial e outra.

Revisão da tabela salarial e horário de trabalho do AE/TRANSADO — Transportes Fluviais do Sado, S. A., publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 39, de 22 de Outubro de 1991, e última revisão publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 21, de 8 de Junho de 1996:

Cláusula 2.^a

Vigência

1 — (Sem alteração.)

2 — O presente AE, no que se refere à tabela salarial e cláusulas de expressão pecuniária, terá efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1997.

3 — (Sem alteração.)

Cláusula 36.^a

Horário de trabalho

1 — O período normal de trabalho, ainda que em regime de turnos, será, em média, de oito horas diárias seguidas e de quarenta horas semanais.

2 — Sem prejuízo do serviço, os trabalhadores em regime de turnos terão direito, para refeição, a um intervalo de trinta minutos, que incidirá a meio do período de trabalho, o qual se considera como tempo de trabalho.

3 — (Sem alteração.)

ANEXO II

Tabela salarial

Grupos	Categorias profissionais	Ordenados acordados
A	Mestre encarregado ou chefe de serviço, exploração Chefe de serviços (administrativos)	113 600\$00
B	Tesoureiro Chefe de secção (administrativos)	106 600\$00
C	Mestre do tráfego local Maquinista prático de 1. ^a classe	98 000\$00
D	Fiscal Oficial administrativo de 1. ^a	97 150\$00
E	Maquinista prático de 2. ^a classe	97 000\$00
F	Maquinista prático de 3. ^a classe Bilheteiro Marinheiro do tráfego local Vigia do tráfego local Manobrador de pontes	95 950\$00
G	Ajudante de maquinista	95 350\$00

Grupos	Categorias profissionais	Ordenados acordados
H	Marinheiro de 2. ^a classe	95 250\$00
I	Oficial administrativo de 2. ^a	92 900\$00
J	Oficial administrativo de 3. ^a	90 300\$00
L	Aspirante	86 250\$00
M	Praticante	82 050\$00

Lisboa, 18 de Dezembro de 1966.

Pelo Sindicato dos Transportes Fluviais, Costeiros e da Marinha Mercante:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante, Agências de Viagens, Transitários e Pescas:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela TRANSADO — Transportes Fluviais do Sado, S. A.:

(Assinatura ilegível.)

Entrado em 9 de Janeiro de 1997.

Depositado em 14 de Janeiro de 1997, a fl. 41 do livro n.º 8, com o n.º 7/97, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

AE entre o Metropolitano de Lisboa, E. P., e a FES-TRU — Feder. dos Sind. dos Transportes Rodoviários e Urbanos e outros — Rectificação.

Por ter sido publicado com inexactidões no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 48/96, de 29 de Dezembro, o AE em epígrafe, a seguir se procede à necessária rectificação.

Assim, na p. 1946, onde se lê «As partes acordaram na revisão global do acordo de empresa, de acordo com o texto seguinte:» deve ler-se «As partes acordaram na revisão global do acordo de empresa, de acordo com o texto anexo.».

Pelo Metropolitano de Lisboa, E. P.:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela Festrú:

Amável Alves

Na p. 1984, no elenco das entidades signatárias, onde se lê:

Pelo Metropolitano de Lisboa, E. P.:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela FES-TRU:

Amável Alves.
(Assinatura ilegível.)

Pela FETESE:

(Assinatura ilegível.)

Pelo SITRA:

Pela FEP-CE:

(Assinatura ilegível.)

Pelo SQTD:

(Assinatura ilegível.)

Pelo SINDEM:

(Assinatura ilegível.)

Pelo STTM:

*Carlos Alberto Paiva Raimundo.
Francisco Paulo Barreiros Rabino.*

Pelo SEP:

Maria Natália Gomes Filipe.

deve ler-se:

Pelo Metropolitano de Lisboa, E. P.:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela FSTRU:

Amável Alves.

Pela FEPDES:

(Assinatura ilegível.)

Pelo SQTD:

(Assinatura ilegível.)

Pelo SINDEM:

(Assinatura ilegível.)

Pelo STTM:

*Carlos Alberto Paiva Raimundo.
Francisco Paulo Barreiros Rabino.*

Pelo SEP:

Maria Natália Gomes Filipe.

